



Prefeitura Municipal de Porto Nacional-TO  
Procuradoria Geral do Município  
Avenida Murilo Braga, nº 1.887, Centro, Porto Nacional-TO, CEP 77500-000  
Tel. (63) 3363.6000, email: [procporto@gmail.com](mailto:procporto@gmail.com)

PUBLICADO EM PLACAR  
Em 21/12/2019  
  
Otacilio Ribeiro de Sousa Neto  
Procurador do Município  
Dec. 001/2017

**LEI N.º 2.456, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019.**

*“Autoriza desafetação da Área Pública Municipal e sua consequente doação à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Tocantins, e dá outras providências.”*

Eu, **PREFEITO DE PORTO NACIONAL**, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à desafetação da qualidade de bem público de uso comum do povo para bem dominial, de área de terreno urbano de 1.639,55m<sup>2</sup> (hum mil, seiscentos e trinta e nove metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados), assinalado como área institucional da Quadra 20, denominada de Lote B do Loteamento Jardim Guaxupé, com os seguintes limites e confrontações: 30,00 metros a oeste, frente para a Avenida Universitária; 30,00 metros a leste, fundo para a Rua Carlos Puntel; 56,472 metros a norte, esquerda para o Remanescente da Quadra 20; 53,11 metros a sul, direita para o Remanescente da Quadra 20.

**Art. 2º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar a área acima descrita e individualizada à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Tocantins, com inscrição perante o CNPJ/MF sob o nº 25.086752/0001-48 para a finalidade exclusiva de construção da sede institucional e social da Subseção da Ordem dos Advogados de Porto Nacional.

**Art. 3º** Fica a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Tocantins, donatária, autorizada, após a lavratura da Escritura de Doação, a averbar a transferência da propriedade do bem junto ao Cartório de Registro de Imóveis de modo a garantir a sua utilização livre e desembaraçada.

**Art. 4º** Caso a finalidade prevista nesta lei venha a ser desviada haverá automaticamente reversão da doação ao doador, independentemente de reembolso ou indenização a qualquer título.

**Parágrafo único** – A reversão do bem ao patrimônio do Município será feita através de cancelamento administrativo da averbação que transfere a propriedade à donatária, nos termos do art. 250, IV, da Lei 6.015/73, instituído pela Lei 11.952/2009.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, ESTADO DO TOCANTINS**, aos 24 dias do mês de dezembro do ano de 2019.

**JOAQUIM MAIA**  
Prefeito Municipal